

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.275 - MG (2019/0201859-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : RAFAEL DA LUZ OLIVEIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : GERALDO VICENTE FERREIRA DORNAS E OUTRO(S) -  
MG092764  
JOÃO PAULO MOREIRA DORNAS - MG126053  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por RAFAEL DA LUZ OLIVEIRA em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que denegou *mandamus* originário.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática dos delitos dos arts. 28, *caput*, da Lei 11.343/2006 e 12, da Lei 10.826/2003, razão pela qual se encontra preso preventivamente.

No recurso aponta-se a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Entretanto, conforme informações de fls. 258/260 do Juízo de 1º grau, em 11/6/2019, houve a expedição de alvará de soltura, o que, conforme o banco de dados desta Corte Superior, se refere à liminar deferida no HC 513.472/MG no dia 7/6/2019. Tal *writ*, apesar de ter sido impetrado impugnando decisão liminar na origem, foi concedido em 25/10/2019, já levando em considerando o acórdão de fls. 204/211.

Dessa forma, está superada a discussão proposta.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator